

3. DIRETRIZES DO PLANO ESTRATÉGICO DA BAHIA E AS POLÍTICAS DO PERH

3.1 PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL

O Plano Estratégico da Bahia contém as indicações gerais para nortear o desenvolvimento do Estado a curto, médio e longo prazo, expressando as áreas e os caminhos mais importantes para orientar as políticas públicas da Bahia. Dentro do processo de planejamento governamental, tal instrumento consiste na definição das diretrizes para a elaboração do Plano Plurianual - PPA para o período 2004-2007, instrumento que apresenta os Programas, Projetos e Ações, com os respectivos custos, capazes de viabilizar as estratégias do Plano. Com base no PPA 2004-2007, serão elaboradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Orçamentos de 2004 e dos anos seguintes, até 2007, processo que se iniciou nos meses de junho e julho deste ano. Estes últimos instrumentos deverão ser encaminhados para aprovação da Assembléia Legislativa, a fim de serem transformados em Leis cuja execução ocorrerá pelas dotações de cada secretaria e órgão do Poder Executivo, sendo as aplicações fiscalizadas pelos tribunais competentes.

O resumo do Plano Estratégico, apresentado a seguir, não contém detalhes, mas indica as suas Linhas de Intervenção e Áreas Programáticas, de onde pode-se deduzir informações importantes para que se reconheça as tendências do crescimento da Bahia no futuro próximo. Tais informações ajudam a identificar quais serão os setores mais importantes da socioeconomia estadual no futuro e qual o grau das pressões que cada parcela do território baiano deverá vir a sofrer, particularmente quanto à demanda de água, área de maior interesse do PERH. Entretanto, tais diretrizes poderão ser reavaliadas anualmente, a depender das exigências que os movimentos da economia nacional e mundial venha a apresentar. Isso quer dizer que as ações do PERH também devem ser monitoradas de forma a acompanhar tais alterações.

3.2 ESCOPO DO PLANO ESTRATÉGICO DA BAHIA

O Plano Estratégico da Bahia que tem como objetivo traçar as diretrizes gerais para as ações do Governo Estadual, quando da realização deste estudo, ainda encontrava-se em fase de elaboração, razão pela qual as análises que se desenvolvem a seguir referem-se apenas ao nível de informações que a SEPLANTEC disponibilizou para as secretarias. Tais informações encontram-se num estágio em que é possível perceber apenas as linhas estratégicas gerais para cada setor da socioeconomia estadual e as tendências espaciais, num nível regional ou macrorregional. Além das informações do Plano Estratégico em andamento, tomou-se como referência os investimentos previstos pelas secretarias e órgãos do Governo do Estado e Governo Federal para os municípios baianos, utilizados para a montagem do escopo do Plano e fornecidas pela SEPLANTEC, e a listagem de investimentos privados até o ano de 2007, fornecidos pela SEI.

Diante de tais informações, já é possível identificar algumas tendências importantes para o desenvolvimento baiano e compatibilizar, dentro do possível, o PERH com o Plano Estratégico.

O Plano considera dois horizontes de trabalho: 2007 e 2020.

Para 2020, as indicações são de caráter qualitativo, tendo como objetivo delinear o cenário futuro que se pretende alcançar, a partir da análise do desempenho recente do Estado e levando em conta os fatores que serão determinantes para o desenvolvimento de qualquer região naquele ano horizonte.

O Plano estabelece como objetivo geral que a Bahia alcance em 2020 um IDH¹ acima da média nacional, e que apresente as seguintes características, necessárias à sua inclusão no desenvolvimento mundial:

- **BAHIA: AMBIENTALMENTE LIMPA**, reforçando a atenção na sustentabilidade dos investimentos, o que deve implicar no controle das bacias hidrográficas, indicando que o PERH terá um papel significativo no desenvolvimento futuro do Estado;

¹ - Índice de Desenvolvimento Humano instituído pela ONU.

- **BAHIA: SOCIALMENTE JUSTA E COESA**, buscando diminuir as desigualdades regionais e combater a pobreza, elevando os indicadores sociais da Bahia;
- **BAHIA: DIVERSIFICADA E COMPETITIVA**, a partir da verticalização das cadeias, da densificação da base econômica, com atenção para os setores mais dinâmicos, e da descentralização espacial do desenvolvimento;
- **BAHIA: ESPACIALMENTE INTEGRADA**, com a interligação física e econômica do território através de uma logística capaz de articular as regiões baianas com outras regiões do Brasil e do mundo.

Para os anos de 2004-2007, o Plano estabelece como tema “Desenvolvimento Humano e Competitividade” e delineia políticas para a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais, com vistas a definir um novo patamar de desenvolvimento para o Estado, para consecução dos objetivos traçados para 2020.

Nesse sentido, as políticas para esse período estão divididas em cinco “Objetivos Estratégicos”, com suas “Linhas de Intervenção”, de acordo com as informações apresentadas pela SEPLANTEC.

- **BAHIA DE TODA GENTE (Ação Social e Cidadania)**: prioridade absoluta em avançar no combate à pobreza e às desigualdades sociais, ao tempo em que se consolidam ações voltadas para o pleno atendimento ao cidadão nas áreas de educação, cultura, saúde e segurança pública, tendo as seguintes Linhas de Intervenção:
 - Assistência social;
 - Qualidade de vida e promoção da cidadania;
 - Amparo e defesa do cidadão.
- **BAHIA QUE FAZ (Densificação da Base Econômica e Geração de Emprego e Renda)**: promover o adensamento e a diversificação da base econômica e estimular a verticalização e a articulação de cadeias produtivas serão estratégias a serem encaminhadas a partir de políticas pró-ativas, que devem ser seletivas e focadas, contemplando esforços voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a qualificação de pessoal e

para o fortalecimento de outros fatores de competitividade, tendo as seguintes Linhas de Intervenção:

- Internacionalização da Bahia;
 - Adensamento da matriz produtiva;
 - Inclusão social;
 - Atração e fomento empresarial.
- **CAMINHOS DA BAHIA (Infra-Estrutura e Logística):** melhorar a articulação física do estado e ordenar a sua logística de transportes e distribuição é fundamental para uma maior integração e um melhor equilíbrio espacial, bem como para viabilizar o aproveitamento integral do potencial competitivo da economia, tendo as seguintes Linhas de Intervenção:
 - Inserção logística na escala internacional;
 - Articulação logística interna;
 - Reestruturação da matriz energética.
 - **GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE:** construir um modelo de gestão capaz de estimular ações descentralizadas e consorciadas, convergentes com as estratégias gerais formuladas, tendo as seguintes Linhas de Intervenção:
 - Gestão compartilhada;
 - Qualificação e valorização do servidor;
 - Produção de informações e conhecimento;
 - Planejamento e articulação do desenvolvimento.
 - **RIQUEZAS DA BOA TERRA:** construir um modelo de intervenção articulado, que vise a preservação, recuperação e o uso racional e sustentável de recursos naturais, com atenção especial para os mananciais hídricos e para a região do Semi Árido, tendo as seguintes Linhas de Intervenção:

- Recuperação dos recursos degradados;
- Uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Denominado de “Todos os Cantos da Bahia”, o Plano constrói uma visão territorial da aplicação dos Objetivos Estratégicos, relacionando-os e conferindo-lhes diferentes pesos, de acordo com as peculiaridades das diversas regiões do Estado. Essa visão espacial definirá o porte dos investimentos a serem previstos no PPA 2004-2007, assim como as suas articulações territoriais.

Segundo informações disponibilizadas pela SEPLANTEC, os Eixos de Desenvolvimento da Bahia continuarão a ser a referência para a regionalização do próximo PPA, e é a sua lógica que permeia toda a estratégia territorial do Plano, qual seja:

- Articular o eixo do São Francisco aos eixos do litoral, promovendo a integração de todo o território baiano no processo de desenvolvimento socioeconômico e construindo caminhos de desenvolvimento no interior do Estado.
- Estimular o desenvolvimento do Semi-árido, a partir do incremento de atividades localizadas nas proximidades dos eixos de circulação transversais do Estado, fortalecendo cidades estratégicas e incitando a criação de economias de aglomeração e de população capazes de viabilizar a produção e a comercialização de mercadorias.
- Reforçar as áreas dinâmicas localizadas nos extremos do território, dando apoio logístico às atividades econômicas competitivas. Viabilizar o escoamento de mercadorias através de sistemas intermodais de transportes adequados, que interliguem as áreas de produção ao Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos.
- Reforçar a rede de cidades estratégicas da Bahia, fortalecendo as cidades principais, aproveitando a infra-estrutura econômica e social disponível e descentralizando o atendimento através de equipamentos sociais de porte regional, tais como universidades e centros de pesquisas, hospitais regionais, unidades de ensino de segundo grau, redes de telefonia móvel.

O Plano Estratégico da Bahia, portanto, tem suas diretrizes para o PPA pautadas nos Eixos de Desenvolvimento que, por sua vez, retrata, de uma maneira geral, a espacialidade da socioeconomia baiana, conforme foi apresentado no Diagnóstico, Anexo 02 – A Análise Econômica Territorial, item 3.3. Características gerais de cada Eixo de Desenvolvimento. Consequentemente, o PERH-BA só poderá reconhecer as pressões da socioeconomia baiana sobre os recursos hídricos no estado, caso as diretrizes por Eixos, definidas no Plano Estratégico, sejam traduzidas para as bacias.

As bacias hidrográficas, obviamente, são oriundas do critério da divisão territorial baseada em um recurso natural, o regime das águas, que não traz relação direta e rigorosa com a economia. Apesar desta relação não ser direta, não se pode afirmar que ela não exista. Pelo contrário, a oferta da água é um dos elementos indispensáveis para o desenvolvimento das atividades humanas e, por isso, contribui para definição das espacialidades das unidades de produção e das cidades, conseqüentemente das redes de infra-estrutura de articulação. Mas também é evidente que a oferta de água para as necessidades humanas, não é, necessariamente, definida territorialmente pelos limites das bacias, e sim pela conveniência espacial das atividades socioeconômicas. Essa relação indireta pode ser compreendida entre os limites das bacias e as manchas mais dinâmicas da socioeconomia baiana².

Se o Plano Estratégico utiliza os Eixos de Desenvolvimento para definir as políticas espaciais de desenvolvimento, o PERH-BA, necessariamente, deverá levar em consideração os limites de bacias, por ser este o critério único para entender o regime das águas. Evidentemente, é imperiosa a necessidade de ajustar, mesmo que qualitativamente, as convergências e divergências entre os dois limites.

Em termos gerais, a grande divergência espacial entre os Eixos de Desenvolvimento e as bacias hidrográficas consiste no fato de que os Eixos dividem a Bahia, no sentido Norte-Sul, em três partes (São Francisco, área central e litoral), enquanto que as bacias separam, no mesmo sentido, o Estado em dois compartimentos praticamente iguais. Em segundo plano, há divergências de limites transversais entre os eixos centrais e litorâneos e o conjunto de bacias, cujos rios deságuam no litoral baiano. Tais divergências, enquanto limites físicos, não apresentam soluções capazes de absorver totalmente tais contradições. Mesmo utilizando os limites municipais, seria impossível

² - Item 4 do Diagnóstico Socioeconômico: Dinâmica socioeconômica das bacias hidrográficas

efetuar-se comparações de dados estatísticos entre as duas delimitações, pelo fato de que os limites das bacias não se utilizam de tal critério³.

Do ponto de vista das convergências, aparece claramente uma grande aproximação nos limites do Eixo do Rio São Francisco e da bacia deste mesmo rio, afora pequenos ajustes na região de Guanambi. Além disso, são praticamente iguais os limites da Região do Extremo Sul e absolutamente compatíveis os limites do Eixo Metropolitano com o da Bacia do Recôncavo Norte, onde o primeiro está incluso⁴.

Em função do PERH-BA utilizar como áreas de planejamento as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGAs, que são formadas por agrupamentos ou divisões de bacias hidrográficas, mas sempre tomando os limites físicos como referência. Adotar-se-á essa mesma regionalização para as análises a seguir. Essa compatibilidade entre as bacias e as RPGAs, portanto, não altera as relações efetuadas entre os Eixos de Desenvolvimento e as bacias hidrográficas.

O Plano Estratégico trabalha com uma ordem de grandeza territorial maior do que é exigida aos estudos das bacias e RPGAs, por sua vez, diferenciado do corte espacial do PERH-BA.

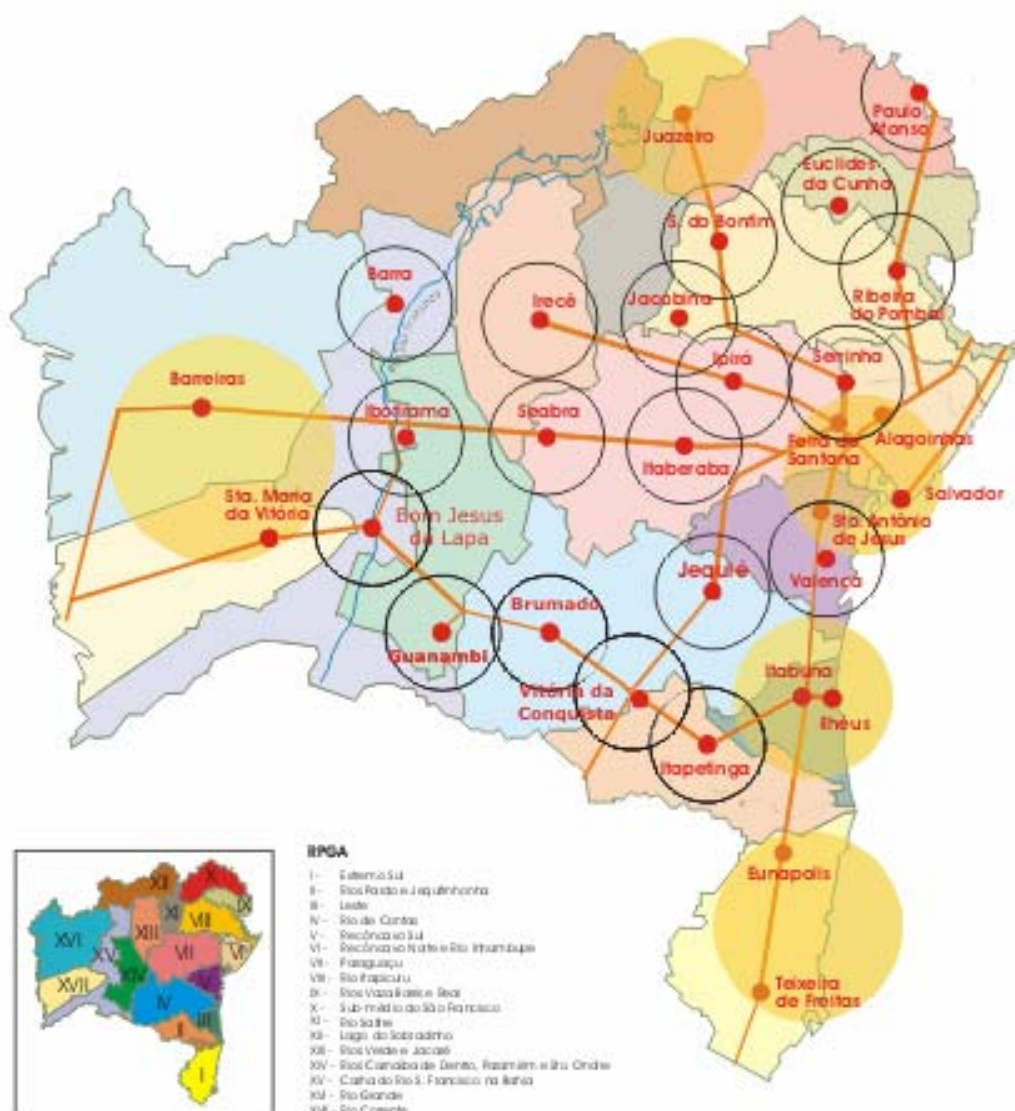
O Plano reconhece que o território da Bahia, para fins de estratégia geral, divide-se em três grandes compartimentos: os eixos do litoral, relativamente densos em economia, população e infra-estrutura; o eixo do vale do São Francisco, apresentando ainda pouca densidade populacional, mas com áreas dotadas de considerável dinamismo econômico, onde concentram-se elementos de infra-estrutura; e os eixos centrais, caracterizados pela região com baixo dinamismo econômico, apesar de relativamente populoso, apresentando indicadores sociais críticos.

Esses compartimentos foram ainda divididos em subáreas, cada uma com suas peculiaridades. Desse corte territorial sobressaem as áreas com maior dinamismo nos “Extremos do Território”, em contrapartida àquelas com menor grau de desenvolvimento, e localizadas na “Área Central” do Estado da Bahia.

³ - Essas considerações dizem respeito ao conceito de Eixos de Desenvolvimento definidos pelo Plano Estratégico da Bahia. Têm-se notícias de que a divisão da Bahia em 8 eixos está sendo revista, com a perspectiva de vir a ser ampliado o número de eixos para 13. Tais divisões devem ocorrer nos eixos da Chapada Diamantina, Planalto e São Francisco. Ressalta-se, entretanto, que tais alterações não deverão alterar estruturalmente a análise realizada.

⁴ Item 5 do Diagnóstico Socioeconômico: “Articulações entre os Eixos de Desenvolvimento e as bacias hidrográficas”

Mas, o Plano também faz um outro corte territorial que possibilita compreender a diferenciação de prioridades em investimentos no entorno das 30 “Cidades Estratégicas” da Bahia, resultando na identificação de “pontos” que deverão concentrar projetos e ações voltados para buscar a elevação da escala de produção e a articulação de cadeias, com vistas a ganhar competitividade na comercialização. Também neste corte, aparece a diferenciação entre as cidades e metrópole, localizadas nas áreas dinâmicas dos Extremos do território baiano, constituídas de empresas de grande e médio porte, e as cidades situadas nas áreas de culturas tradicionais do semi-árido baiano, compostas por médias, pequenas e micro empresas familiares e de subsistência. Assim também ficam expostos os projetos e as ações voltadas para infra-estruturar as cidades (habitação, rede de serviços, urbanização, etc.), que darão suporte à produção regional e, por outro lado, àqueles projetos e ações voltadas para reforçar diretamente as áreas de produção agropecuária, de pesca, da agroindústria, da silvicultura, etc., tanto no que diz respeito ao incremento direto à infra-estrutura de produção, quanto ao que se refere a incentivos, em financiamento, melhoria da gestão, treinamento para a produção, usos de novas tecnologias, etc (Mapa 1).



ESPACIALIDADE DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA E AS RPGA - 2003

Legenda

- Áreas Dinâmicas
- Áreas de Desenvolvimento da Semi-árida
- Cidades Estratégicas
- Rodovias estruturantes

Fonte: SEPLAN/EC



01

Escala Gráfica
0 50 100 150 212km

3.3 O PLANO ESTRATÉGICO DA BAHIA E AS RPGAs

A passagem entre as propostas do Plano Estratégico da Bahia, especialmente definidas pelos Eixos, para as RPGAs, foi efetuada de duas formas: utilizando-se Fichas de Projetos e Ações preenchidas por cada Secretaria, utilizadas pelo Plano Estratégico, e fornecidas pela SEPLANTEC; e por análises qualitativas espaciais, a partir da compreensão dos objetivos gerais e linhas de intervenção do Plano Estratégico, com seus rebatimentos pelas distintas regiões do Estado da Bahia.

As “Fichas das Secretarias”, como passaram a ser denominadas pela SEPLANTEC, foram analisadas detalhadamente e classificadas em três grupos: o primeiro constando dos Projetos e Ações que foram descartados por não apresentarem relação com o PERH-BA (Quadro A-3.1 do Anexo Cap. 3); o segundo diz respeito à intervenções para o total do território baiano e, portanto, que não apresentam espacialidade definida (Quadro A-3.2 do Anexo Cap.3); e o terceiro é formado pelos Projetos e Ações municipalizados ou regionalizados (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

No primeiro grupo encontram-se os projetos que, em função das suas características, não representam atividades que demandam recursos hídricos de forma direta ou indireta.

No segundo grupo, encontram-se os investimentos ou as políticas voltadas para a integração do território baiano, projetos voltados para temas gerais, a exemplo de “Produção pecuária ecológica” ou “Desenvolvimento do cooperativismo”, etc., ou projetos e ações que, apesar de aparentemente estarem voltados para uma certa territorialidade, esta não é registrada nas fichas. Ainda nesses casos pode-se encontrar os investimentos em logísticas de transporte intermodal, que interligam diversas regiões da Bahia. Diante da impossibilidade da alocação espacial por bacia, embora compreendendo que trata-se de investimentos que devem trazer resultados significativos para a socioeconomia de várias bacias hidrográficas, analisou-se qualitativamente os projetos e relacionou-se seus “Caminhos Estratégicos” - como foram denominados - com as bacias que poderão usufruir dos seus resultados.

Vale ressaltar que há casos em que uma dada territorialidade é definida na ficha, porém as informações extra-oficiais da secretaria responsável indicam que os critérios da escolha dos municípios ainda estão sendo estudados, como é o caso da seleção dos municípios do Faz Cidadão.

No terceiro grupo encontram-se os projetos espacializáveis, com descrição e definição dos objetivos, porém apresentando graus de informações diferenciados. Nesse grupamento, existem projetos e ações que estão contidas dentro de cada bacia e outros que atendem duas ou mais bacias. Neste último caso, distribuiu-se os investimentos pelas áreas atendidas, de forma proporcional ao contingente populacional das bacias. Quando os projetos e ações não definem um indicador capaz de quantificar os investimentos, ou utilizam uma espacialização diferente dos limites das bacias, fez-se uma distribuição equânime dos projetos, pelas bacias atendidas, ou, em outros casos, alocou-se tais investimentos em uma ou mais bacias, quando se obteve informações capazes de identificar a sua hegemonia nas atividades consideradas.

Para os investimentos em saúde, dividiu-se os valores por todas as bacias, em função das fichas não identificarem os percentuais diferenciados por “microregiões de saúde”. No caso específico do Projeto Minha Roça Verde, foi distribuída a atividade entre os seguintes projetos de irrigação: Ponto Novo; Mocambo/Cuscuzeiro; Jacuípe; Argoin; Tucano; Jequié; Salitre; Baixio de Irecê; Iuiú; e nas barragens de Pedra Branca (Itaguaçu da Bahia), Bandeira de Melo (Marcionílio Souza), Casa Branca (Mucugê) e Integral (Ibicoara). Os investimentos em patrimônio histórico foram alocados nas bacias do Extremo Sul, Recôncavo Norte e Paraguaçu, por concentrarem as áreas com maior quantidade de edifícios tombados e manifestações culturais.

Como as fichas das secretarias apresentavam os investimentos para o conjunto do Eixo de Desenvolvimento do São Francisco, alocaram-se esses investimentos em função da proporcionalidade da população de cada RPGA do Vale do Rio São Francisco.

Para todos os projetos e ações considerados, utilizou-se de uma desagregação por tipo de intervenção, com o objetivo de classificá-los de forma a oferecer informações com maior grau de homogeneidade para a definição dos indicadores de demanda de água, a serem utilizados no modelo aplicado para as projeções, ou seja:

- **Infra-estrutura urbana** – alocaram-se os projetos e ações voltados para reforçar as cidades mais importantes da Bahia, fazendo uma relação direta com a listagem das “Cidades Estratégicas”, utilizadas no Plano Estratégico como aquelas onde devem haver as maiores concentrações de investimentos dessa natureza. Nesse caso, haverá uma demanda de água importante para o abastecimento humano e para as atividades econômicas e institucionais localizadas nas áreas urbanas;

- Infra-estrutura para a produção (áreas dinâmicas e áreas tradicionais) – são os projetos e ações dirigidos para investimentos diretos na produção econômica. Como o Plano Estratégico faz uma distinção entre áreas de produção dinâmicas e tradicionais, optou-se por também diferenciar os investimentos nesta classificação, o que permitiu a espacialização entre as áreas com maior dinamismo econômico nos “extremos do território” baiano (áreas dinâmicas) e na região central do estado – semi-árido -, onde o Plano prevê uma concentração no entorno das “Cidades Estratégicas” (áreas a serem dinamizadas). Neste caso, haverá demanda de água importante para a produção agropecuária, mineral, silvicultura, pesca, etc.;
- Programas de incentivos a produção (gestão e incentivos para as áreas dinâmicas e áreas tradicionais) – são investimentos voltados para reforçar a gestão municipal ou da produção, qualificar mão-de-obra, capacitar e formar agentes comunitários, incentivar inovações tecnológicas, etc. Também neste caso desagregou-se os investimentos em projetos e ações voltados para o desenvolvimento das áreas dinâmicas dos extremos do território baiano e para as áreas com pouco dinamismo, localizadas no semi-árido do Estado, notadamente no entorno das suas “Cidades Estratégicas”;
- Ações diversas em toda a Bahia – são os projetos e ações sem espacialização definidas, que reforçam o conjunto de atividades socioeconômicas do estado da Bahia, embora elas possam vir a ter maior impacto em determinadas localidades, o que implica numa análise qualitativa dos seus resultados territoriais.

Há uma série de projetos e ações de infra-estrutura e de logística em transporte voltados para articular as áreas dinâmicas dos extremos territoriais da Bahia e, ao mesmo tempo, irradiar o desenvolvimento para as áreas centrais do estado, no entorno das Cidades Estratégicas. São projetos e ações que, apesar de não estarem espacializados em cada uma das bacias ou RPGAs, constituem investimentos que dão suporte ao desenvolvimento do Estado da Bahia e, em particular, têm maior capacidade de reforçar o desenvolvimento de algumas parcelas do território.

A passagem da espacialização do Plano Estratégico, moldada sobre os limites dos Eixos de Desenvolvimento, para a espacialização por RPGA, como já frisamos anteriormente, requer alguns ajustes. Isso quer dizer que a viabilidade da tradução das políticas, programas e projetos do Plano Estratégico da Bahia, para o PERH-BA, não

poderá ocorrer rigorosamente a partir da compatibilidade exata entre os limites utilizados por cada um dos estudos, mas só será possível se utilizarmos os seus pontos comuns, aqueles em que os eventos deverão ocorrer num território comum às duas regionalizações. Esses pontos comuns são as áreas previstas pelo Plano como de concentração de investimentos, quais sejam: áreas dinâmicas dos extremos do território – Macrorregião de Salvador, Região Cacaueira, Região do Extremo Sul, região do Oeste e Norte -; as áreas de menor dinamismo no semi-árido, que têm como suporte as “Cidades Estratégicas” aí localizadas; e as grandes redes de infra-estrutura de articulação entre as duas primeiras concentrações apresentadas. Para essas territorialidades espera-se que ocorram as maiores concentrações de novos investimentos socioeconômicos e onde deverão ser implementados projetos e ações capazes de atrair novos fluxos migratórios de pessoas, novos investimentos privados, criando uma densidade econômica, social e de elementos de infra-estrutura capazes de expandir-se territorialmente no futuro e irradiando o desenvolvimento para outras áreas do estado da Bahia (Mapa 1).

Em síntese, a articulação entre as duas territorialidades ocorre a partir das concentrações urbanas de maior peso na Bahia e das suas linhas de circulação de pessoas e de mercadorias. Por se tratar de linhas e pontos, os programas e as ações do Plano Estratégico podem se adequar plenamente à territorialidade exigida pelo PERH-BA, a partir das bacias hidrográficas, formando um conjunto de RPGAs.

Apesar dessa lógica de investimento em pontos e redes territoriais, as informações são apresentadas de forma agregada por RPGA e, quando necessário, ressalta-se qualitativamente a tendência manifestada pelo Plano Estratégico de sugerir a concentração no entorno das cidades estratégicas localizadas em cada RPGA.

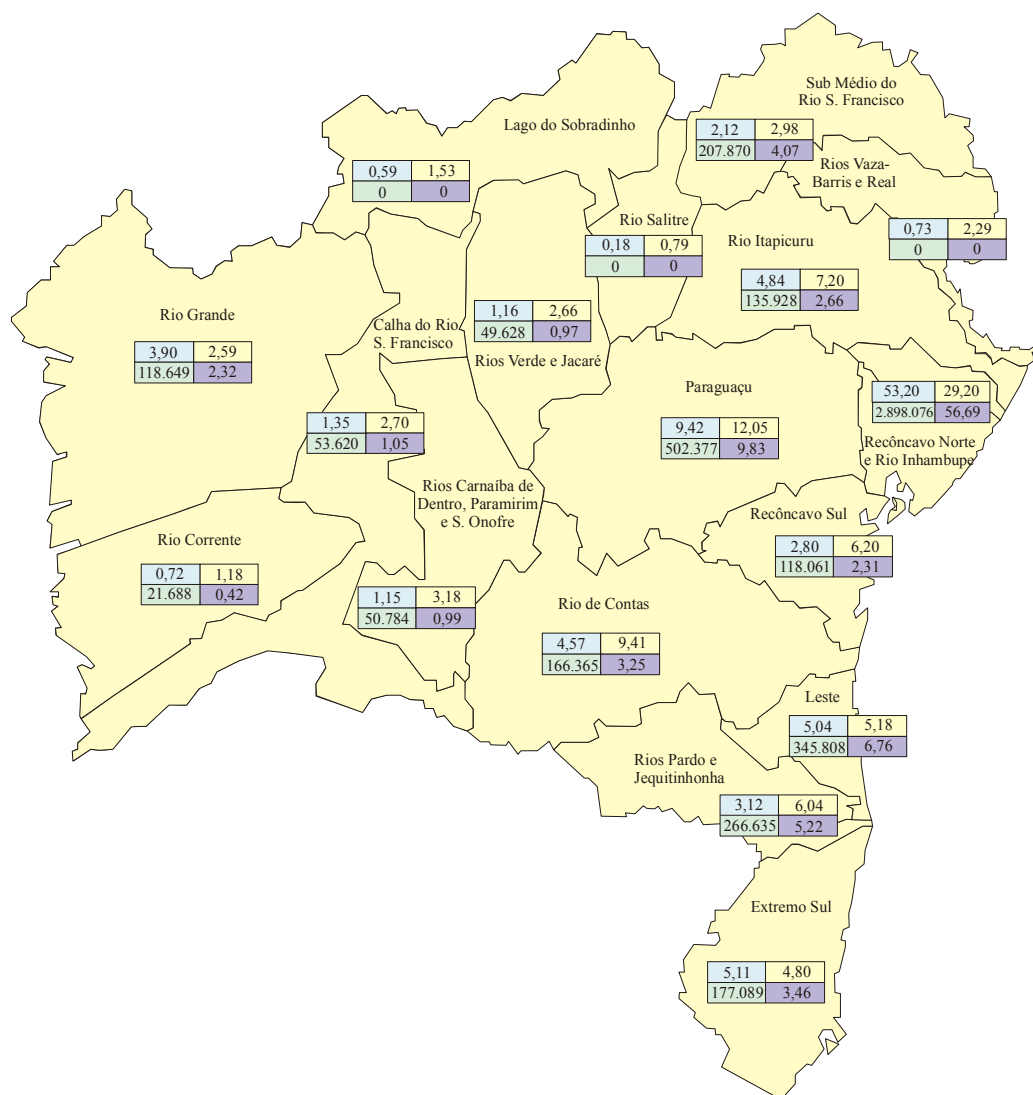
3.4 INVESTIMENTOS PREVISTOS POR RPGA

3.4.1 Investimentos Públicos

Dos resultados obtidos na Seplantec (Fichas das Secretarias), deduz-se que o conjunto de investimentos com maior disponibilidade de informações sobre os valores a serem investidos é na Infra-estrutura das “Cidades Estratégicas”, que representa quase 50% do total dos valores apresentados nas fichas de todas as secretarias e mais de 10% do valor previsto para o total de investimento no próximo ano na Bahia⁵. Nesse conjunto de cidades, foram apresentados os valores referentes a investimentos em Plano Diretor, infra-estrutura urbana, saneamento, equipamentos de saúde, etc.

Como o comportamento foi equivalente para todas as RPGAs, foi possível analisar a repartição relativa prevista, e constatar que apenas 4 RPGAs receberam investimentos em infra-estrutura relativamente abaixo da sua faixa de população de Cidades Estratégicas da Bahia: Recôncavo Norte e rio Inhambupe, que recebeu 37,39% e concentra 56,59% da população das Cidades Estratégicas; Leste, que recebeu 6,10% dos investimentos em infra-estrutura urbana e concentra 6,76% da população das Cidades Estratégicas; Rio Grande, que recebeu 2,00% de investimentos e concentra 2,32% da população das cidades estratégicas; e a RPGA do Sub Médio São Francisco, que recebeu apenas 2,3% dos investimentos, e concentra 4,07% da população das Cidades Estratégicas, apresentando a relação mais desfavorável de quase 50% entre todas as outras (Mapas 2 e 3).

⁵ - O Secretário da Seplantec declarou em entrevista coletiva à imprensa, realizada no dia 15 de maio de 2003 - data em que foi encaminhada a Lei para a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia -, que os investimentos previstos pela LDO para o próximo ano para a Bahia, alcançarão cerca de 1,9 bilhões.



ESPACIALIDADE DA SOCIOECONOMIA BAIANA

Legenda

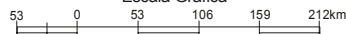
% dos Fluxos Sócio-econômicos da Bahia	% da População da Bahia
População das Cidades Estratégicas	% da População das Cidades Estratégicas da Bahia

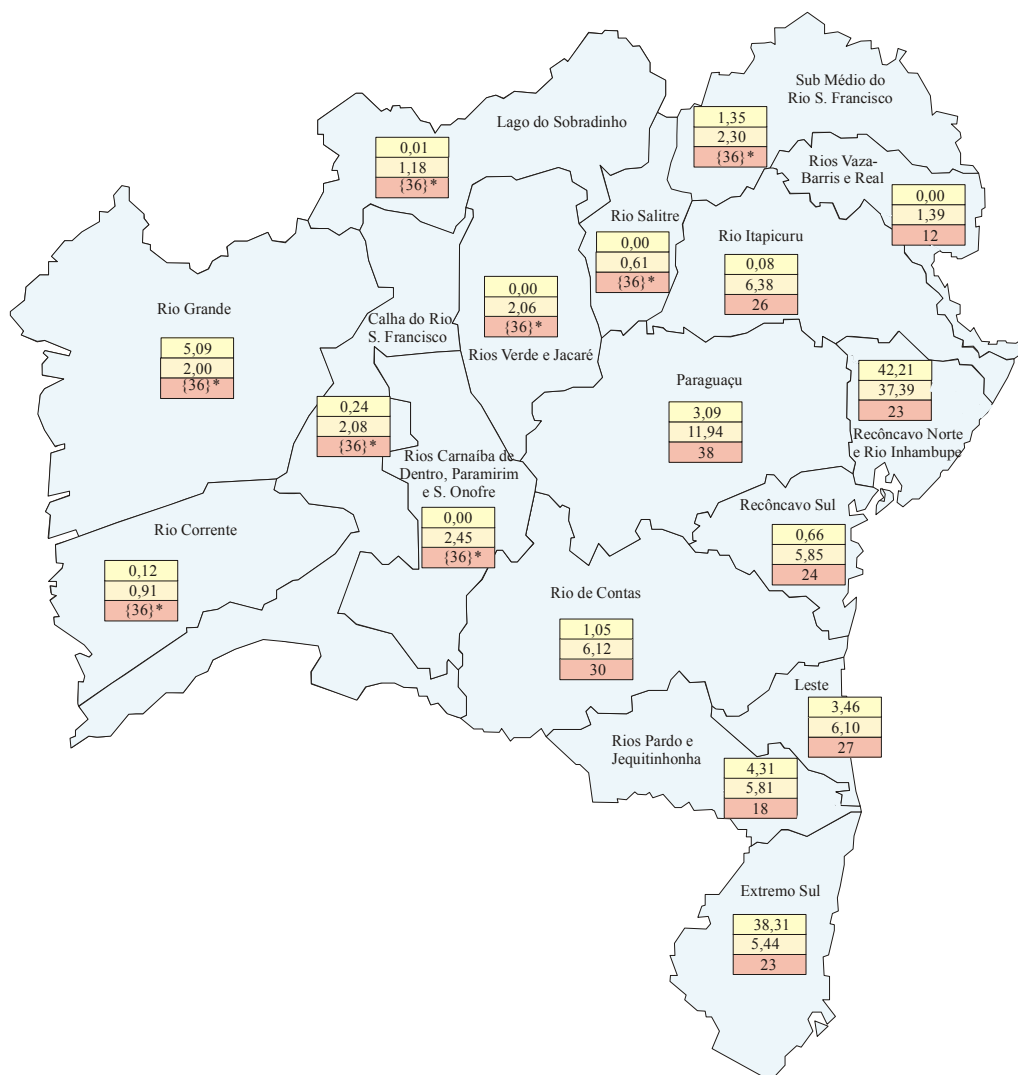
Fonte: SEPLANTEC



02

Escala Gráfica





INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS POR RPGA

Legenda

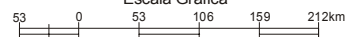
% Investimentos Industriais na Bahia (2003/2007)
% dos Investimentos Públicos na Bahia* (2004)
Nº de Tipos de Projetos Previstos (2004)

* Investimentos em Infra-estrutura urbana
** Valor referente ao conjunto do Vale do Rio São Francisco
Fonte: SEPLANTEC



03

Escala Gráfica



Praticamente todas as outras RPGAs receberão investimentos nas áreas urbanas de porte, com taxas superiores a sua população das Cidades Estratégicas. Vale também ressaltar que as RPGAs do Recôncavo Norte/Inhambupe e Rio Grande são as que receberam investimentos em infra-estrutura urbana abaixo da sua participação nos fluxos socioeconômicos da Bahia: a primeira concentra 53,20% dos fluxos socioeconômicos e recebe apenas 37,39% de investimentos; e a segunda concentra 3,9% dos fluxos socioeconômicos e deve receber apenas 2,0% dos investimentos.

Isso, de certa forma sinaliza para uma política de descentralizar e interiorizar os investimentos, em que pese a RPGA onde está localizada a Metrópole ter uma previsão de investimentos que representam quase 40% do total.

Tanto os investimentos previstos em infra-estrutura, como em gestão ou outras formas de incentivos à produção nas áreas dinâmicas e tradicionais, não apresentaram valores suficientes para tornar possível uma análise quantitativa, em termo de recursos financeiros. Nesse caso, é possível apenas relacionar o número de tipos de projetos e efetuar-se uma análise qualitativa dos seus resultados.

O que pode ser percebido é que não há, nos projetos apresentados, nenhuma alusão a investimentos voltados para incentivar a infra-estrutura das áreas dinâmicas da Bahia, embora isso seja uma tônica nas políticas do Plano Estratégico. A explicação para esse fato deve ser a de que o Plano ainda não foi devidamente absorvido pelas secretarias ou que os investimentos que não puderam ser espacializados e que se destinam a todo o estado - grande parte deles voltados para a infra-estrutura, logística e transporte -, funcionam na verdade como os grandes investimentos que interligam essas áreas dinâmicas e constituem as obras mais importantes e estruturantes para o escoamento da produção e a elevação da competitividade dessas áreas.

Por sua vez, se analisando as opções de projetos voltados para o gerenciamento e os incentivos às áreas dinâmicas, pode-se constatar que há unicamente um tipo de projeto, qual seja o de elevar o valor agregado dos produtos.

Entretanto, quando se avalia os "Tipos de Projetos", verifica-se que as RPGAs que absorvem maior número de tipos de projetos (tp) são: em primeiro lugar Rio Paraguaçu, com 38 tp; Rio de Contas, com 30 tp; Leste, com 27 tp; Rio Itapicuri, com 26 tp – afora Leste, todas as outras RPGAs se encontram na área central da Bahia -; em segundo lugar Recôncavo Sul, com 24 tp; Extremo Sul, com 23 tp, rios Pardo e

Jequitinhonha, com 18 tp; Recôncavo Norte/Inhambupe, com 23 tp e Vaza-Barris/Real, com 12 tp (Tabelas 3.4.2 a 3.4.11).

Convém ressaltar que as fichas das Secretarias apresentaram os projetos (36) para o conjunto do Eixo do São Francisco, o que tornou impossível a sua distribuição por cada RPGAs. Nesses casos, as análises foram qualitativas, utilizando-se de critérios específicos e adequados para cada situação.

Tabela 3.4.1 - Tipos de Projetos e Recursos em Infra-estrutura Urbana por RPGA – 2004

RPGA	Tipo de Projeto N°	Infra-estrutura Urbana (milhões R\$)	% Total
Extremo Sul	23	26,55	5,44
Rios Pardo / Jequitinhonha	18	28,38	5,81
Leste	27	29,77	6,10
Rio de Contas	30	29,89	6,12
Recôncavo Sul	24	28,56	5,85
Recôncavo Norte / Inhambupe	23	182,56	37,39
Paraguaçu	38	58,28	11,94
Rio Itapicuru	26	31,14	6,38
Rios Vaza-Barris/Real	12	6,79	1,39
Sub-médio do Rio São Francisco	36*	11,23	2,30
Rio Salitre		2,98	0,61
Lago do Sobradinho		5,75	1,18
Rios Verde/Jacaré		10,04	2,06
Rios Paramirim, Carnaíba de Dentro e Santo Onofre		11,99	2,45
Calha do Rio São Francisco na Bahia		10,17	2,08
Rio Grande		9,77	2,00
Rio Corrente		4,47	0,91
Total		488,31	100,00

* - Valor referente ao conjunto da Bacia do rio São Francisco.

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

As ações voltadas para atuação em várias RPGAs contemplam basicamente três aspectos: recomposição ambiental, canalização de gás natural e modernização energética.

Desses aspectos, a recomposição ambiental constitui o tipo de projeto que abarca o maior número de RPGAs, excluindo apenas o Extremo Sul, Rios Pardo/Jequitinhonha, Recôncavo Norte/Inhambupe e Vaza-Barris/Rio Real. Tais investimentos trarão importantes repercussões sobre os recursos hídricos, porquanto eles se destinam, em parte, para a recuperação de matas ciliares, proteção de nascentes, orientação para uso de técnicas agrícolas sustentáveis, gestão de resíduos sólidos, etc.

A canalização de gás natural se estende por todas as RPGAs litorâneas, em função do projeto de ligação por um gasoduto entre a Bacia de Campos e a região de Salvador, daí porque estão contempladas as regiões de Recôncavo Norte/Inhambuê, Paraguaçu, Rio de Contas, Leste e Extremo Sul. Esse investimento poderá trazer repercussões importantes para a economia de todo o litoral baiano, podendo criar um ambiente favorável para a atração de novos investimentos na indústria, no comércio, serviços, turismo e, como consequência, um crescimento significativo da população, com taxas diferenciadas de outras regiões.

Os projetos e ações voltados para a modernização energética se concentram basicamente na região do Oeste da Bahia, englobando as RPGAs do Rio Grande, Rio Corrente e, em menor intensidade, a região da Calha do Rio São Francisco. Esses investimentos, agregados à execução da linha de transmissão de Serra da Mesa até a Região de Salvador, deverão resolver pontos de estrangulamento de fomento de energia para a produção de uma das regiões que apresenta as maiores taxas de crescimento econômico da Bahia, além de ainda apresentar grandes parcelas de áreas aproveitáveis para a produção agrícola. Isso, além de estimular o crescimento econômico, deverá atrair contingentes de população, embora as práticas agrícolas utilizadas nessa região (tecnificadas, com alta tecnologia), apresentem uma baixa capacidade de atração de pessoas. Mesmo assim, trata-se de uma região ainda com baixa densidade de pessoas e com uma alta possibilidade de que essas taxas venham a elevar-se, mesmo considerando-se que elas não cheguem a assumir valores semelhantes às regiões do litoral baiano. Tais afirmações estão baseadas nas características do desenvolvimento do Oeste baiano e do Centro Oeste brasileiro e de suas tendências. Isso não implica que tais características venham alterar-se no futuro, atraindo grandes parcelas de mão-de-obra.

Se analisarmos as características dos projetos apresentados para cada RPGA, constataremos que elas guardam peculiaridades que necessitam serem compreendidas em maiores detalhes. Como a análise anterior abordou os aspectos gerais de todas as RPGAs, é necessário que sejam compreendidas quais as diferenças que cada uma das regiões apresenta e que pode significar uma maior ou menor demanda de água ou afetar os recursos hídricos nessa territorialidade. Essa abordagem específica por região também possibilita que a visão seja mais sub regionalizada, que os projetos e as ações ganhem maior notoriedade em parcelas de cada RPGA e mostre como há ligações importantes entre investimentos em uma territorialidade e as repercussões em outras.

- **Extremo Sul**

A RPGA do Extremo Sul, por abranger uma das áreas dinâmicas da Bahia, é uma das regiões em que ocorre o maior número de projetos voltados para o tratamento das suas áreas urbanas principais, contemplando desde os planos diretores até a recuperação de centros históricos - com é o caso de Porto Seguro -, passando pelos investimentos em saneamento ambiental, qualificação urbana e oferta de habitação para as faixas de renda mais baixa. Trata-se de uma região que concentra 4,8 % da população urbana da Bahia nas suas sedes municipais, e recebe pouco mais de 5% dos recursos voltados para esses tipos de projetos no Estado, o que pode ser explicado pelo fato de que existem duas cidades estratégicas nesta região (Tabela 3.4.1 e Tabela 3.4.2).

Esses dados revelam, que tais investimentos sinalizam para uma taxa crescente de população urbana na região, embora com tendências a saturação das atividades econômicas e, por conseguinte, uma retração significativa das migrações após o ano de 2007.

Tabela 3.4.2 - Tipos de Projetos e Ações previstos para a RPGA do Extremo Sul – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação – (tp)
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos, habitação, urbanismo/ saneamento (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura e equipamentos (2tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	Estimular adensamento de cadeias produtivas (1tp)
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (11tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Infra-estrutura de gás canalizado (2tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Essa região guarda uma característica importante e diferente das demais. Ela alia uma produção agroindustrial no interior e uma atividade intensa de turismo no litoral. Tais condições implicam em atração diferenciada de investimentos públicos e privados, além das suas atividades apresentarem demandas de recursos hídricos com características bastante diversificadas.

Os investimentos públicos mais importantes nessa região se concentram no litoral – veremos a seguir que os investimentos privados se concentram no interior - e com maior significado entre os municípios de Belmonte⁶ e Porto Seguro. Nessas

⁶ - Belmonte está localizada na RPGA do Rio Pardo/Jequitinhonha, porém não pode deixar de ser considerada a sua relação turística com Porto Seguro.

localidades há uma maior presença, diferenciada de outras regiões, dos projetos e ações em melhorias urbanas, em equipamentos que tendem a ter uma abrangência regional, porquanto essa é uma exigência importante para as atividades voltadas para o turismo. Como trata-se de uma atividade com elevada taxa de emprego/investimento, é provável que haja uma continuidade no crescimento populacional no litoral norte dessa região, embora com taxas menos elevadas do que ocorreu na década passada. Como pode ser visto mais adiante, o investimento privado previsto para Eunápolis também deverá atrair considerável número de pessoas, além de demandar um volume de água considerável para a produção de papel e celulose na bacia do rio Buranhém. Na parte sul dessa região, a economia está relativamente estabilizada, tanto no interior como no litoral, o que pressupõe que aí as taxas de crescimento da população tendem a situar-se abaixo da média da Bahia.

- **Rios Pardo e Jequitinhonha**

Da mesma forma que a maioria da RPGAs, há uma grande quantidade de tipos de projetos voltados para a qualificação urbana, desde a gestão até investimentos em infra-estrutura e equipamentos de saúde e educação. Os investimentos previstos para essa região são equivalentes ao percentual da população total das sedes municipais, em relação a esse mesmo total frente ao Estado – ambos com uma taxa em torno de 5%. Tal fato sinaliza para que as taxas de crescimento populacional sigam na mesma tendência manifestadas nos últimos anos, embora possa haver um crescimento mais significativo no entorno da cidade de Belmonte, em função da possibilidade de crescimento das atividades de turismo, considerando ser este um vetor de expansão do pólo de Porto Seguro.

A economia dessa região, sob o ponto de vista dos limites das águas, é bastante heterogênea e os distintos subespaços não se articulam devidamente. A região de Itapetinga – única cidade estratégica -, tradicional zona de pecuária, recebeu recentemente investimentos na indústria calçadista e vem alterando o seu perfil socioeconômico. Sua maior vinculação comercial ocorre com o pólo de Vitória da Conquista, que fica localizada no extremo norte da RPGA. Os outros subespaços regionais podem ser caracterizados pela zona turística do litoral, ainda em fase inicial de desenvolvimento e pela área onde deverá haver reflexos importantes dos investimentos em papel e celulose, a ser localizada entre as cidades de Eunápolis e Belmonte.

Os investimentos públicos mais importantes e voltados para a infra-estrutura da produção nas áreas tradicionais, estão direcionados para promover pequenos projetos de barragens, cisternas, pontes, comercialização, geração de emprego, etc., notadamente para economias de subsistência de pequenas comunidades da zona rural. Ressalta-se apenas a barragem de Itapebi, recentemente construída pela Coelba (Tabelas 3.4.1 e 3.4.3).

Tabela 3.4.3 - Tipos de Projetos e Ações previstos para a RPGA dos Rios Pardo e Jequitinhonha – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos, habitação, urbanismo / saneamento (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (4tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (7tp)
Ações diversas em todo a RPGA	

Fonte: Seplante - fichas das secretarias

Não existem investimentos em áreas dinâmicas, razão porque não se espera que a região possa alterar o seu perfil socioeconômico e atrair novos contingentes populacionais. Embora o projeto do gasoduto litorâneo não tenha sido confirmado para essa RPGA, necessariamente ele trará repercussões sobre a região. Entretanto, pelas condições de ocupação na estreita faixa litorânea, local de passagem do gasoduto, parece não haver maiores possibilidades de atração de novas atividades socioeconômicas em função desse investimento.

- **Leste**

Trata-se de uma região com forte estímulo a urbanização e a uma densidade forte de infra-estrutura para a produção. Há um número razoável de tipos de projetos para a área, provavelmente voltados para atender ao bipólo urbano de Ilhéus-Itabuna. A região recebe, menor parcela de investimentos na rede urbana (6,10%) do que a participação do total da população de suas sedes municipais, em relação ao total da população das sedes municipais do estado (6,31%), conforme Tabela 3.4.1.

Praticamente todo o território da RPGA está contido na denominada região cacauera, embora hoje as atividades estejam diversificadas em maior grau do que há uma década atrás.

Os subespaços com maior concentração de população, de fluxos econômicos e de infra-estrutura situam-se nas imediações de Ilhéus e Itabuna, onde cada um funciona com um papel diferenciado, porém ambos constituem uma espécie de um único aglomerado urbano com funções complementares. Itabuna exerce o papel de centro comercial varejista e de apoio à região e vem recebendo alguns investimentos industriais, na área de calçados e similares. Por sua vez Ilhéus diversifica a sua economia com novos investimentos em turismo, que se expande na direção de Itacaré e de Canavieiras, além de concentrar o pólo de informática.

Existe um tipo de projeto voltado para essa área dinâmica da economia baiana, nos mesmos moldes do que ocorrem em outras regiões similares, ou seja, investimentos que objetivam elevar o valor agregado da produção local. Embora não seja um projeto unicamente regional, o investimento de canalização de gás natural, ligando Itabuna ao Espírito Santo, poderá trazer investimentos que possam adensar a economia regional (Tabela 3.4.4).

Tabela 3.4.4 -Tipos de Projetos e ações previstas para a RPGA do Leste – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos e habitação e saneamento básico (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (4tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	Aumento do valor agregado (1tp)
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (13tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Canalização de gás natural (1tp) . Recuperação ambiental (1tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Do ponto de vista dos investimentos nas áreas tradicionais, a maioria dos projetos e ações ocorrem na estruturação de cadeias produtivas de agricultura familiar, na geração de emprego e renda e, com maior importância relativa, alguns tipos de programas voltados para fortalecer as cadeias de Dendê, Coco da Bahia, Borracha, Pupunha, Flores e Plantas Ornamentais. A pecuária merece destaque com alguns programas de produção de leite e desenvolvimento da bubalinocultura (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

Isso sinaliza para um reforço à tendência de diversificação da produção regional, que também pode significar problemas de desmatamento, o que não constitui, aparentemente, uma preocupação levantada pelos investimentos. No entanto, aparecem projetos e ações voltadas para a proteção dos rios Cachoeira/Almada, mormente ao tratamento do esgoto, soluções para abastecimento de água e de coleta e disposição de resíduos sólidos, além de educação ambiental.

- **Rio de Contas**

Em função da sua extensão territorial, é uma RPGA onde pode-se reconhecer quatro subespaços diferentes, embora três deles tenham uma certa aproximação em termos de características urbanas e de atividades socioeconômicas: região de Vitória da Conquista, região de Jequié, região de Brumado (características próximas) e a região litorânea do cacau.

Do ponto de vista dos investimentos urbanos, há praticamente todos os tipos de projetos disponíveis pelas secretarias de governo para essas características de intervenção, que vão desde os planos diretores, passando pelas ações em equipamentos de saúde e educação, saneamento ambiental, até projetos de habitação em áreas degradadas.

Se considerarmos a relação entre a população do conjunto das sedes dos municípios (6,86%) e os investimentos previstos (6,12%), podemos chegar a conclusão de que se trata de uma região que recebe relativamente percentual um pouco menor de recursos do que outras regiões da Bahia (tabelas 3.4.1 e 3.4.5).

Tabela 3.4.5 - Tipos de Projetos e ações previstas para a RPGA Rio de Contas – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos e habitação e saneamento básico (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (6tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (15tp)
Ações diversas em toda a RPGA	Recomposição ambiental (1TP); Canalização de gás (1tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Existem três cidades importantes e estratégicas, que citamos anteriormente como centro das regiões polarizadas, e que apresentam características diferenciadas. A maior delas é Vitória da Conquista, situada no limite norte da bacia do rio Pardo, sede histórica de uma grande região que já se estendeu no passado até o oeste do Estado, mas que hoje tem sua área de atração cada vez mais reduzida, em função do crescimento das regiões próximas. É uma cidade importante para o Plano Estratégico, porque situa-se ao longo de uma das vias de ligação entre o Sudeste e Nordeste do Brasil, convergindo os fluxos de passagem com aqueles formados na economia das suas regiões próximas. Desse ponto de vista Jequié, no interior da bacia do rio de Contas, em menor escala, também pode ser assim entendida.



Apesar dessa importância histórica, é provável que essa região tenda a perder importância em função da expectativa do Plano Estratégico em transferir o modelo rodoviarista e histórico no Brasil, pelo modelo multimodal, onde os fluxos podem ser transferidos para outras localidades, como Brumado, por exemplo. As propostas de articulação das regiões do São Francisco com o litoral baiano criam alternativas de caminhos de escoamento da produção, onde uma delas prevê a construção em Brumado de um terminal de transbordo, o que poderá atrair investimentos importantes e alterar a estrutura urbana desse subespaço.

No subespaço do litorâneo, deverá haver uma tendência à ocupação mais intensa de toda a faixa costeira, principalmente expandido a área urbana de Itacaré, em função do prolongamento das atividades turísticas da Região de Ilhéus e do projeto de ligação rodoviária entre Itacaré-Camamú (BA-001), o que interligará as regiões turísticas do Baixo Sul (RPGA Recôncavo Sul) com a região que se estende até Canavieiras, passando por Ilhéus.

Do ponto de vista dos investimentos em atividades econômicas, pode-se constatar que não há projetos ou ações voltadas para as atividades dinâmicas, embora o Plano Estratégico assim considere essa região, e que o maior número de tipos de projetos está direcionado para a estruturação de cadeias produtivas em áreas pouco dinâmicas. Tais projetos tendem a reforçar a fruticultura e o cultivo de olerícolas na parte sul da Chapada Diamantina e a pecuária, cachaça de alambique, piscicultura e flores/plantas ornamentais em várias localidades da região. Em que pese a passagem do gasoduto previsto, parece este não ser um projeto que vai criar novas possibilidades de negócios nesta região.

Assim, há indicações de que estejam sendo criadas novas possibilidades de expansão das atividades socioeconômicas nas proximidades de Brumado e sul da Chapada Diamantina, com o turismo, atividades agrícolas, industriais e serviços de transportes e logística, e na região litorânea com as atividades de serviços voltados para o turismo.

- **Recôncavo Sul**

Existem duas Cidades Estratégicas nesta região (Valença e Santo Antônio de Jesus), que se apresentam com funções distintas. Valença, que já foi liderada pelas atividades de Santo Antônio de Jesus, hoje representa o centro urbano mais importante de um compartimento territorial litorâneo, voltado basicamente para as atividades do

turismo. Como tal, esse subespaço tem maiores relações com a Região de Salvador e com a Região de Ilhéus, articuladas pelo sistema rodoviário (BA-001). Santo Antônio de Jesus, por sua vez, corresponde a uma cidade com função comercial de apoio a uma grande região que abarca desde Cruz das Almas, chegando até próximo de Gandú e estendendo-se ao longo de quase todo o vale do rio Jequiriçá, o que representa praticamente toda a área desta RPGA. Além disso, essa cidade é também passagem de fluxos comerciais entre outras regiões da Bahia e entre as regiões do Sudeste e Nordeste do Brasil, com maior ênfase para pequenas cargas e passageiros.

Os investimentos voltados para as áreas urbanas são relativamente superiores a outras regiões, isso se considerarmos que há previsão de projetos e ações que representam 5,85% do total da Bahia, enquanto que a população das sedes municipais desta região alcança apenas 4,9% do total das sedes municipais do Estado (Tabela 3.4.1 e Tabela 3.4.6). Além disso, eles estão voltados para realizar planos diretores, implantar equipamentos sociais e ofertar habitação de baixa renda.

Tabela 3.4.6 – Tipos de Projetos e Ações previstas para a RPGA Recôncavo Sul – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos e habitação e saneamento básico (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (3tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (12tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Recomposição ambiental (2TP)

Fonte: SeplanteC – fichas das secretarias

Apesar de não constar a localização de tais investimentos, e considerando o fato de que há uma grande diferença entre o porte dessas duas cidades e as outras sedes municipais da região, deduz-se que a maioria dos investimentos estejam concentrados nesses dois centros urbanos. Pode ainda haver uma tendência de portes mais elevados dos projetos e ações voltadas pra qualificar a cidade de Valença e outras cidades de distritos da região turística do Baixo Sul.

Do ponto de vista dos investimentos nas atividades produtivas, há poucos tipos de projetos destinados à infra-estrutura voltados para a produção de pequenos e médios produtores rurais, mas há, relativamente a outras regiões, um número razoável de tipos de projetos dedicados a criar condições de convívio com a seca e estruturar cadeias produtivas. Neste caso merece destaque o programa de competitividade da pecuária

leiteira, o reforço nas cadeias de fruticultura, carcinicultura (Ituberá), maricultura e cachaça de alambique, disseminados em toda a região (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

Do ponto de vista ambiental, merece destaque a expansão do programa Bahia Azul para a Baía de Camamú, voltando-se basicamente para solucionar os problemas de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, educação ambiental e fortalecimento das instituições regionais para gerenciamento dessas ações.

É possível deduzir que há uma maior tendência de concentração dos investimentos na região litorânea do Baixo Sul, com vistas a qualificá-la para atender ao grande fluxo turístico regional, embora podendo também incorporar outras atividades agrícolas que podem se articular com as atividades turísticas. Considerando ser esta uma atividade que atrai número significativo, relativamente a outras atividades, de mão-de-obra, é possível concluir que haverá um crescimento relativamente grande de população na faixa litorânea desta região, não só nas sedes municipais, mas também em distritos turísticos, como é o caso de Barra Grande, em Maraú e das ilhas onde estão localizadas Morro de São Paulo e Boipeba.

- **Recôncavo Norte Inhambupe**

Esta é a região baiana mais densamente ocupada por população, chegando a cerca de 3,8 milhões de habitantes (40,94% da população das sedes dos municípios baianos), com maior oferta de infra-estrutura urbana e para a produção, além de concentrar mais de 53% dos fluxos socioeconômicos do Estado.

A sua rede urbana é complexa, com conurbação na metrópole, constituindo uma continuidade urbana ligando os municípios de Salvador, Vera Cruz, Itaparica, Simões Filho, Lauro de Freitas e Camaçari (orla) e onde há uma tendência de criação de uma Macrorregião de Salvador⁷, englobando a cidade de Feira de Santana (RPGA do Paraguaçu), com subespaços complementares e definidos. Há ainda uma outra regionalização em torno da Metrópole, considerada por Porto e al (1994) como a Região Turística de Salvador, envolvendo toda a região do litoral norte, o entorno da Baía de Todos os Santos e a região do Baixo Sul. Segundo os autores, trata-se de uma região constituída por territórios voltados para as atividades turísticas, articulados em torno da Metrópole, que constitui o seu centro principal.

⁷ - Ver Porto e Carvalho (1995).

As duas regionalizações constituem o Eixo de Desenvolvimento do Grande Recôncavo, em muito extrapola os limites da RPGA do Recôncavo Norte/Inhambupe, e envolve parcela dos territórios das RPGAs do Paraguaçu e do Recôncavo Sul.

A RPGA Recôncavo Norte/Inhambupe deverá receber 37,39% dos investimentos voltados para a infra-estruturação urbana, muito aquém da participação dessa RPGA na população das Cidades Estratégicas da Bahia (56,69%). Tais investimentos estão distribuídos em vários tipos de projetos, desde planos diretores, passando por equipamentos sociais, recuperação de áreas de concentração de patrimônio histórico, serviços de distribuição de gás natural e uma ênfase especial no Programa Baía Azul, que visa o saneamento das áreas de entorno da Baía de Todos os Santos, cuja parte mais significativa encontra-se nesta RPGA (Tabela 3.4.1 e Tabela 3.4.7).

Tabela 3.4.7 - Tipos de Projetos e ações previstas para a RPGA Recôncavo Norte/Inhambupe – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos, habitação, urbanismo / saneamento (10tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (4tp)
Gestão e incentivos de Áreas Dinâmicas	Estimular adensamento de cadeias produtivas, elevar valor agregado dos produtos (1tp)
Gestão e incentivos de Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (6tp)
Ações diversas em toda a RPGA	Infra-estrutura de gás canalizado (2tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Há uma tendência de expansão prioritária da urbanização dessa RPGA na direção do litoral norte, reforçada pelas tendências de alocação de plantas industriais, com maior ênfase, para o complexo da Ford, da fábrica da Monsanto, e dos investimentos turísticos de Praia do Forte e Sauípe, todos no trecho do litoral norte da região. Há também uma tendência de expansão das áreas industriais na direção da BA-093 e no sentido de Alagoinhas, ou seja, na direção norte pelo interior da região.

Existem poucas possibilidades visíveis de expansão de atividades socioeconômicas no entorno da Baía de Todos os Santos, afora o Projeto Náutico que reforça basicamente a cidade de Salvador e o uso da Baía, a expansão das atividades portuárias, dentro do Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos, todos com pouca capacidade de atrair ocupação humana.

Isso significa dizer que a tendência de expansão das atividades econômicas situa-se na direção de crescimento norte, o turismo pelo litoral e as atividades industriais

e de serviços de apoio pelo interior, sendo que ambas atrairão atividades comerciais e de serviços, e população equivalente. Se considerarmos as relações entre a qualidade da oferta de emprego com as características das unidades econômicas, podemos concluir que há maior probabilidade de que as faixas de renda mais elevadas se concentrem na direção litorânea e que as faixas mais baixas situem-se nas franjas dessa faixa litorânea e no interior dessa região, todas, porém, convergindo para a bacia do rio Inhambupe.

Para uma área dinâmica, a região obteve um número pequeno de tipos de projetos voltados para reforçar as atividades industriais, comerciais, turísticas e de serviços qualificados. Aparece apenas um tipo de projeto com a finalidade de elevar a valor agregado dos produtos, o que, provavelmente isso seja alterado por ocasião da montagem do PPA 2004-2007 e da Lei Orçamentária para 2004.

É visível também a pequena presença de tipos de projetos voltados para reforçar as culturas tradicionais e de pequeno porte. Ressaltam-se, nesse caso, os tipos de projetos voltados para reforçar as cadeias de Dendê, Coco-da-Bahia no litoral norte, Flores e fruticultura em Amélia Rodrigues. Pode-se deduzir, sem maiores detalhes dos projetos, que tratam-se de investimentos voltados para processos produtivos modernos e concentrados em territórios especializados da região (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

- **Paraguaçu**

Depois da RPGA Recôncavo Norte/Inhambupe, que concentra quase que 30% da população da Bahia, a RPGA do Paraguaçu é a região que tem a maior participação da população baiana, da ordem de 12%. Além disso, também situa-se em segundo lugar na concentração de população das Cidades Estratégicas baianas, significando também a região que apresenta o maior número dessas cidades. De antemão, pode-se deduzir que, em tal situação, a região deverá também vir a ser uma das mais atrativas em termos de investimentos públicos voltados para a qualificação urbana, notadamente em valores absolutos. Se tomarmos o percentual da população das sedes dos municípios (11,4%), em relação ao total do Estado, e compararmos com o percentual de investimentos em infra-estrutura urbana prevista (11,94%), concluiremos que a região receberá recursos um pouco superior às suas características de urbanização, com 7 tipos de projetos (Mapa 2, Mapa 3 e Tabela 3.4.8).

Tabela 3.4.8 - Tipos de Projetos e ações previstas para a RPGA Paraguaçu – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos e habitação e saneamento básico (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (12tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (14tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Canalização de gás natural (1tp). Recuperação ambiental (4tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Do ponto de vista espacial, pode-se dividir a RPGA em quatro compartimentos distintos, alguns com poucas articulações internas e outros com forte articulação com outras regiões, cada uma delas tendo a presença de no mínimo uma Cidade Estratégica.

O primeiro é constituído pela região de entorno da cidade de Seabra, correspondendo a Chapada Diamantina, área com presença de fluxos turísticos e pouca densidade econômica. Trata-se de uma região de certa forma isolada, com um ambiente natural frágil, com uma rede de cidades de pequeno porte e servindo de passagem dos fluxos de articulação entre os fluxos comerciais da Região Oeste e a Região de Salvador, através da BR-242. A cidade de Seabra foi considerada como estratégica em função da necessidade do Governo Estadual ter uma melhor distribuição territorial das sedes dos escritórios capazes de auxiliar e descentralizar a gestão pública.

O segundo tem como centro a cidade de Itaberaba, apresentando uma área importante de culturas irrigadas, com uma densidade econômica muito superior ao primeiro compartimento, assim como detém uma rede de cidades também mais densa do que a região de Seabra/Lençóis. Tal como essa última região, Itaberaba é o único centro urbano importante entre o eixo de ligação da Região Oeste e a Região de Salvador.

O terceiro compartimento é representado, do ponto de vista urbano, pela cidade de Feira de Santana, que é o portal da região de Salvador, centro de indústrias modernas, apresenta uma relativamente forte concentração comercial e de serviços, além de funcionar como entroncamento rodoviário dos fluxos que circulam entre o Sudeste e Nordeste do país e entre a região oeste da Bahia e a metrópole. Aliado a isso, Feira de Santana ainda lidera uma região, próxima, populosa, com uma economia dispersa e de pequeno porte, voltada para a economia de subsistência, onde está localizada a quarta cidade estratégica da região – Ipirá. Na verdade, essa cidade também foi escolhida pelo Governo do Estado como estratégica, em função da sua localização com capacidade de oferecer apoio às atividades de uma gestão descentralizada.

O quarto compartimento é caracterizado por uma pequena parcela da região do antigo Recôncavo, que entrou em estagnação econômica e ainda não encontrou economia substitutiva. Está localizada mais próxima ao litoral e se articula com os projetos e ações da Baía de Todos os Santos e, conseqüentemente, Salvador. É preciso ressaltar que o abastecimento de água de Salvador é proveniente da Represa de Pedra do Cavalo, localizada na bacia do rio Paraguaçu.

Do ponto de vista da infra-estrutura urbana, deverá haver uma tendência de crescimento populacional para as cidades de Feira de Santana, em função de que o transporte multimodal poderá lhe trazer novas possibilidades de investimentos, e, em segundo lugar as cidades de Itaberaba e Ipirá, em função das diretrizes estratégicas recomendarem a concentração de investimentos em seus entornos. Fica em último lugar a cidade de Seabra, que deverá arcar com o apoio de investimentos em equipamento e servir como um centro administrativo e político para o seu compartimento específico.

No que se refere aos investimentos voltados para a produção, há tipos de projetos e ações voltados igualmente para reforçar a infra-estrutura e para realçar as cadeias produtivas regionais. No primeiro caso estão projetados investimentos em infra-estrutura hídrica para Rafael Jambeiro, Várzea da Roça, Marcionílio Souza, Ibicoara, Mucugê, principalmente voltados para a construção de barragens, saneamento e outros apoios ao desenvolvimento da agricultura irrigada. Do ponto de vista da estruturação da cadeia produtiva, há projetos e ações para a geração de emprego e renda, para o convívio com a seca, o fomento ao cultivo de Olerícolas, Flores e Plantas Ornamentais na Chapada Diamantina, alho em vários municípios, assim como o estímulo à produção animal, notadamente a pecuária bovina e a caprinocultura em alguns municípios da região (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

Nos subespaços mais próximos do litoral estão previstos investimentos no gasoduto e em recuperação do patrimônio histórico/ cultural.

Em síntese, e buscando compreender a lógica espacial do Plano Estratégico, projeta-se desenvolvimento com maior ênfase para o entorno de Feira de Santana, em segundo lugar e de forma um pouco menos concentrada do que em Feira de Santana, aparece a região do entorno de Itaberaba, seguida de Ipirá. Os investimentos na Chapada Diamantina são dispersos em uma grande região, embora possa haver uma tendência leve de concentrar em Seabra, Mucugê e Lençóis.

• Rio Itapicuru

Apesar de contar com quatro Cidades Estratégicas, o conjunto da sua população representa apenas 2,6% da população total das cidades estratégicas da Bahia. Além disso, a região concentra apenas 4,8% dos fluxos socioeconômicos da Bahia, com uma população total que representa apenas 7,2% dos baianos. Isso quer dizer que, diante da sua extensão, trata-se de uma região com baixa densidade econômica e populacional e composta por uma rede numerosa de pequenas cidades, tendo a maior importância os centros urbanos de Jacobina, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal. Isso deverá ponderar os investimentos previstos na infra-estruturação urbana, que se situam nos tipos de projetos equivalentes para todas as outras RPGAs.

Entretanto, se tomarmos como referência o percentual da população das sedes municipais no total da Bahia (4,7%), e compararmos com o percentual - também em relação ao Estado -, de investimentos em infra-estrutura prevista (5,38%) e 7 tipos de projetos, constatamos que a região receberá, relativamente, um montante de recursos com tendência a reforçar a sua rede urbana. Se tais investimentos estiverem acordados com as diretrizes estratégicas de Governo, haverá uma maior concentração desses recursos nas cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal (Tabela 3.4.1 e Tabela 3.4.9).

Tabela 3.4.9 - Tipos de Projetos e Ações previstas para a RPGA Rio Itapicuru – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos e habitação e saneamento básico (7tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (11tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	Aumento do valor agregado (1tp)
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas de agronegócios (6 tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Recomposição ambiental (1 tp)

Fonte: Seplante - fichas das secretarias

No sentido geral, pode-se dizer que há uma tendência de expansão populacional da sede e dos distritos do município de Conde, localizado no litoral da região. Isso deverá ocorrer em função da expansão das atividades turísticas da região de Salvador. No restante das cidades deverá ocorrer uma tendência de urbanização, por via da atração das regiões próximas às cidades estratégicas, sem nenhuma referência particular a localidades.

Considerando os investimentos em atividades produtivas, identificam-se projetos e ações voltadas, principalmente, para a infra-estrutura de apoio a produção. Aí estão incluídos a construção de barragens e apoio a comercialização de projetos de pequeno porte, implantação de infra-estrutura de apoio a produção de sequeiro, projetos de irrigação de Tucano, Ponto Novo, Cipó, Andorinha, Monte Santo e Santa Luz.

Entre os investimentos na estruturação de cadeias produtivas em geral encontra-se o fomento ao cultivo de Olerícolas em vários municípios da região e o estímulo a competitividade da pecuária leiteira na parcela regional da Chapada Diamantina. Verifica-se que os investimentos são de pequeno porte, porém com uma tendência de integração regional, conforme diretrizes estratégicas (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

Existe ainda um tipo de projeto e ações voltadas para a recomposição da vegetação ciliar para conter o processo de degradação ambiental, e o plantio de essências nativas e desenvolvimento agroflorestal, no qual a bacia do rio Itapicuru é uma das três bacias prioritárias na Bahia.

• Rio Vaza-Barris

Depois do Rio Salitre, Lago do Sobradinho e Rio Corrente, essa é a região que apresenta os mais baixos indicadores de urbanização. Além de não contar com nenhuma Cidade Estratégica, a região é responsável por apenas 0,73% dos fluxos socioeconômicos da Bahia e concentra apenas 2,29% da população estadual. Entretanto, a RPGA receberá 1,39% dos investimentos baianos em infra-estrutura urbana, em apenas 3 tipos de projetos (tabelas 3.4.1 e 3.4.10).

Tabela 3.4.10 - Tipos de Projetos e Ações previstas para a RPGA Rio Vaza-Barris/Real – 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos (3tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (6tp)
Gestão e incentivos Áreas Dinâmicas	
Gestão e incentivos Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas e convivência c/ seca (3tp)
Ações diversas em todo a RPGA	

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Isso significa que, relativamente a outras regiões do Estado, esta RPGA não deverá atrair população para as cidades, podendo vir a perder fluxos para as Cidades

Estratégias de regiões próximas. A depender dos investimentos e do controle ambiental, a pequena parcela do litoral – município de Jandaíra, Distrito de Mangue Seco – poderá vir a somar população, atraída pelos fluxos turísticos. Entretanto isso poderá trazer pouco significado para o PERH-BA.

Os investimentos voltados para o incentivo à produção também contam com números de tipos de projetos de menor porte, tanto para a infra-estrutura como para a estruturação de cadeias produtivas. Merece destaque os programas de combate à pobreza, a construção de cisternas, sistemas de abastecimento de água, pontes, sanitários, saneamento de comunidades rurais e alguns investimentos localizados de irrigação em Cícero Dantas (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

É possível concluir-se que a região deve sofrer maiores investimentos para combate a precariedade social, do que vir a ser estimulada, para o desenvolvimento de atividades modernas e competitivas naturalmente aquelas capazes de atrair população.

- **Vale do Rio São Francisco**

(Sub Médio São Francisco, Rio Salitre, Lago do Sobradinho, Rios Verde e Jacaré, Rios Paramirim, Carnaíba de Dentro /Santo Onofre, Calha do Rio São Francisco na Bahia, Rio Grande e Rio Corrente)⁸.

Do ponto de vista da análise dos investimentos em infra-estrutura urbana, podemos desagregar as RPGAs da bacia do São Francisco em três tipos hierárquicos: o primeiro correspondendo àquelas em que o somatório da população das sedes municipais situam-se entre 2% e 3% do total da população das sedes municipais da Bahia; no segundo caso estão aquelas que situam-se entre 1% e 2%; e o terceiro grupo corresponde às RPGAs que situam-se abaixo de 1% (Tabela A-3.1 do Anexo Cap. 3).

No primeiro grupo estão inseridas as RPGAs do Sub Médio São Francisco, Rio Grande e Calha do rio São Francisco, que passaremos a denominar de regiões de Juazeiro, Barreiras e Calha do Rio, respectivamente. No segundo grupamento encontram-se as RPGAs dos Rios Verde/Jacaré, Rios Paramirim/Carnaíba de Dentro/ Santo Onofre e Lago do Sobradinho, que passaremos a denominar de Irecê, Guanambi e Sobradinho, respectivamente. No terceiro grupo estão as RPGAs do Rio Corrente e Rio Salitre, que denominaremos de Santa Maria da Vitória e Salitre, respectivamente.

⁸ - Como as Fichas das Secretarias apresentaram as informações agregadas para o conjunto do Vale do São Francisco, adotou-se o critério de população das sedes das Cidades Estratégicas de cada RPGA para ponderar os investimentos em cada uma dessas regiões.

É preciso ressaltar que essa classificação é apenas para relacionar o porte da população das sedes municipais com os investimentos públicos em infra-estrutura urbana. Ela não se sustenta se tomarmos outros indicadores, conforme veremos a seguir.

As três primeiras regiões devem receber investimentos para as áreas urbanas em menor escala do que o porte da população das suas sedes municipais, as cinco restantes devem receber investimentos relativamente iguais ou superiores ao porte da sua população urbana (sedes). Isso pressupõe que as bacias onde há uma maior tendência à urbanização, os investimentos são menores.

As Cidades Estratégicas localizadas nas regiões de Juazeiro (4,07%) e Barreiras (2,32%), representam 6,9% da população do conjunto das Cidades Estratégicas da Bahia, embora esse conjunto deva receber apenas 4,3% dos recursos para as áreas urbanas. Isso indica uma tendência de descentralizar os investimentos, reforçando as cidades estratégicas das outras seis regiões sanfranciscanas.

Se considerarmos que essas duas regiões são as que mais concentram os fluxos no vale – 6,02% da Bahia, contra 5,1% das regiões restantes -, constatamos que a distribuição permanece com o sentido de descentralizar (Mapa 2).

As duas mais importantes áreas urbanas do vale situam-se nas regiões de Barreiras e de Juazeiro, onde a primeira é a mais importante na produção estadual (3,9%) e a segunda é a mais urbanizada (4,07% da população das cidades estratégicas da Bahia). Serão elas que, provavelmente receberão maiores investimentos em porte e tipos de projetos totais, embora pareça haver também uma distribuição do tipo de projetos e ações para todas as regiões do vale do rio São Francisco.

Vale salientar que a região de Guanambi é a que apresenta a maior população, relativa ao total da Bahia, no vale, embora seja baixo percentual da população em sua única cidade estratégica, que dá nome a região. Dessa forma, essa RPGA poderá ficar concentrada populacionalmente no sul, em torno da cidade de Guanambi.

As regiões de Sobradinho e do Salitre, por não apresentarem nenhuma cidade estratégica, devem ter seus fluxos populacionais urbanos atraídos pelas cidades estratégicas de regiões próximas, a exemplo de Irecê e Senhor do Bonfim, para o caso de Salitre e Juazeiro, para o caso de Sobradinho.

Caso venha ser implantada a Hidrovia do São Francisco, deverá haver uma tendência de expansão populacional das cidades estratégicas da região da Calha do Rio,

com maior ênfase para o caso de Ibotirama (local de transbordo previsto) e Bom Jesus da Lapa que já apresenta uma economia com maior dinamismo. A cidade de Barra foi escolhida como estratégica pelo Plano, pelo fato de que está situada em local capaz de facilitar o processo de gestão descentralizada do Governo Estadual.

Enfim, do ponto de vista dos investimentos nas áreas urbanas, toda a região do vale deve receber investimentos em planos diretores e na implantação de equipamentos de saúde e educação, definidos em função do porte das cidades/regiões e da lógica de distribuição de cada equipamento, embora a tendência será de concentrá-los nas Cidades Estratégicas, conforme indicação do Plano Estratégico (tabelas 3.4.1 e 3.4.11).

Tabela 3.4.11 - Tipos de Projetos e ações previstas para o Vale do Rio São Francisco - 2004

Característica da intervenção	Tipo de Projeto e Ação - tp
Infra-estrutura Cidade Estratégica	Planos urbanos, equipamentos (3tp)
Infra-estrutura Áreas Dinâmicas	
Infra-estrutura Áreas Tradicionais	Emprego e renda, infra-estrutura hídrica e equipamentos (13tp)
Gestão e incentivos / Áreas Dinâmicas	Aumento do valor agregado dos produtos (1tp)
Gestão e incentivos / Áreas Tradicionais	Estruturação de cadeias produtivas e convivência c/ seca (17tp)
Ações diversas em todo a RPGA	Modernização energética e recomposição ambiental (2tp)

Fonte: Seplantec – fichas das secretarias

Do ponto de vista dos investimentos nas áreas produtivas, apesar das indicações do Plano Estratégico de que as regiões de Barreiras e de Juazeiro constituem áreas dinâmicas, não foi relacionado nenhum tipo de projeto em infra-estrutura econômica específico para essas RPGAs. Os únicos projetos citados são os de logística de transporte voltados para articular o Oeste e Norte da Bahia com o litoral baiano e favorecer ao escoamento da produção, principalmente àquela localizadas nas imediações dessas duas cidades. Vale registrar que o Plano oferece uma alternativa de transporte intermodal, cujo trecho rodoviário deverá ser realizado através da ligação entre Barreiras e Santa Maria da Vitória, via São Desidério. Isso deverá estimular significativamente a economia da RPGA do Rio Corrente, reforçando a atração populacional para a sua cidade estratégica.

Para reforçar as áreas dinâmicas, foi citado um único tipo de projeto, que se refere à elevação do valor agregado dos produtos, indicado prioritariamente para as regiões de Barreiras e de Juazeiro (Quadro A-3.3 do Anexo Cap. 3).

No que se refere a investimentos para infra-estrutura das áreas tradicionais, existem 13 tipos diferentes de projetos e ações: construção de barragens, cisternas,

sistemas de abastecimento de água, pontes e sanitários, distribuídos em todas as RPGAs; combate a pobreza, com geração de emprego e renda, também distribuído entre toda as RPGAs; projetos para garantir água para o consumo da família, de animais e para pequenas áreas irrigadas em Jaguarari, Umburanas e Macururé; e projetos de infraestrutura hídrica para Santa Maria da Vitória, Salitre, Irecê/Itaguaçu da Bahia, Guanambi, Bom Jesus da Lapa/Urandi, Barreiras/Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado/Remanso/Casa Nova e Juazeiro.

Os tipos de projetos voltados para estruturar as cadeias produtivas se concentram na articulação da Ovinocultura, Fruticultura, Floricultura, Artesanato, Apicultura, pequenos animais, sementes e mudas nas pequenas comunidades distribuídas em vários municípios das distintas RPGAs que situam-se no Semi-Árido Baiano, dentro do vale do São Francisco. Para isso, deverão ser utilizadas políticas de identificação de tecnologias adequadas para cada caso. Além disso, há tipos de projetos voltados para culturas específicas, com ênfase em: Caju, Cana de Açúcar e Cachaça em Juazeiro; Coco da Bahia em Juazeiro, Calha do Rio e Irecê; Estruticultura em Irecê; Olerícolas em Irecê, Calha do Rio e Barreiras; Flores e Plantas Ornamentais em Juazeiro; Piscicultura em Sobradinho; desenvolvimento da pecuária de corte em todo o vale do rio São Francisco; e Caprino-Ovinocultura em Juazeiro.

Para completar, há tipos de projetos voltados para promover a expansão da rede energia elétrica na região de Barreiras e Santa Maria da Vitória e projetos de recomposição ambiental para conter o processo de degradação do ambiente natural, com plantio de essências nativas e desenvolvimento de sistemas agroflorestais na bacia do rio São Francisco, possivelmente dando prioridade às proximidades da calha do rio.

Enfim, conforme define espacialmente o Plano Estratégico, há reforço para o desenvolvimento das regiões mais dinâmicas, Juazeiro e Barreiras, com extensão para Santa Maria da Vitória, e uma ênfase diferenciada para a região de Irecê e Calha do Rio. Para essas localidades deverá haver uma tendência de crescimento diferenciado. As demais regiões devem ter um processo de crescimento mais concentrado no entorno das Cidades Estratégicas, havendo casos de que essas cidades podem estar localizadas em regiões próximas.

3.4.2 Investimentos Privados

Quase 80% dos investimentos industriais entre 2003 e 2007 estão situados nas RPGAs de Recôncavo Norte/Inhambupe e Extremo Sul, onde a primeira região participa com pouco mais de 50% (tabela 3.4.12 e Tabela A-3.2 do Anexo Cap.3).

No Recôncavo Norte/Inhambupe os investimentos são descentralizados por setores, distribuídos pela maioria dos municípios da Região Metropolitana de Salvador e direcionados para as áreas de Produtos Químicos, Peças e Acessórios para Veículos, Alimentos e Bebidas, Máquinas e Equipamentos, Metalurgia, Artefatos de Couro e Plástico, Transporte, etc.

Na região do Extremo Sul, os investimentos são concentrados no setor de Papel e Celulose e nos municípios de Eunápolis e Mucuri, o que representa cerca de 70%.

Deve ser ressaltado que a região do Recôncavo Norte/Inhambupe concentra cerca de 40% da população estadual, 53% dos fluxos socioeconômicos e recebe cerca de 43% dos investimentos previstos até 2007. Se compararmos com a região do Extremo Sul, veremos que essa região concentra apenas cerca de 5% da população e dos fluxos socioeconômicos estaduais, embora tenda a receber cerca de 38% dos investimentos até 2007.

Sob este ponto de vista, há uma expressiva descentralização da economia e uma sobrecarga ambiental importante na região do Extremo Sul, devido ao fato de que esse segmento é extremamente demandante de recursos hídricos.

Entretanto, se analisarmos a oferta de emprego, verificamos que na região do Recôncavo; Inhambupe os 43% de investimentos da Bahia deverá gerar mais de 44% dos empregos do Estado, enquanto que o montante que alcança 38% dos investimentos industriais no Extremo Sul, não chega a gerar 9% dos empregos projetados.

Isso significa dizer, ainda, que a maior concentração de oferta de emprego deverá ocorrer na Região de Salvador, o que alerta para o fato da sua elevada capacidade de atração de outros negócios e de fluxos populacionais importantes.

Por sua vez, as projeções parecem indicar que os 3.700 empregos gerados pelas duas fábricas na região do Extremo Sul deverão concentrar-se no entorno das cidades de Eunápolis e Teixeira de Freitas, embora se saiba que a grande maioria desses empregos é

gerada no plantio e no trato dos maciços florestais, portanto distribuídos por quase 200 mil ha de terras que correspondem a mancha plantada de Eucalipto e Pinus na região.

Afora essas duas regiões que serão mais impactadas pelos investimentos, deve-se ressaltar que nas RPGAs Leste e Rio Grande (Barreiras) prevê-se investimentos industriais, que correspondem a 3,5% e 5%, respectivamente, do total da Bahia.

Na RPGA do Rio Grande, a maior concentração ocorre em Barreiras, nos setores Agroindustrial, Têxtil, Máquinas e Equipamentos e Alimentos e Bebidas, criando cerca de 10 mil empregos, o que significa 15% do total da Bahia.

Na RPGA Leste, a grande concentração ocorre em Ilhéus, nos setores de Máquinas e Equipamentos, Material Eletrônico e Alimentos e Bebidas, o que deverá ser responsável por cerca de 1.500 empregos. O restante dos empregos deverão estar distribuídos pelos municípios de Canavieiras (1.000 empregos), Itabuna (900 empregos), Uruçuca (1.034 empregos) e outros de menor porte.

Ademais, ainda é significativo o volume de emprego industrial nas RPGAs do Paraguaçu, com a criação de cerca de 5 mil empregos até 2007 e a região do Sub Médio São Francisco, com a criação de cerca de 2,5 mil empregados até o mesmo ano.

No sentido contrário, é importante ressaltar a falta de atratividade para os investimentos industriais das RPGAs dos Rios Vaza-Barris e Real, Rio Salitre, Lago do Sobradinho, Rios Verde e Jacaré e Rios Carnaíba de Dentro, Paramirim e Santo Onofre, onde não está previsto nenhum investimento até o ano de 2007.

Tabela 3.4.12 - População, Fluxos Socioeconômicos e Investimentos Industriais por RPGA

RPGA	População Municipal	% BA	% Fluxos Sócio-econômicos	Investimentos Industriais 2003-2007	% BA	Empregos	% BA
Extremo Sul	404.366	4,95	5,11	5.011.476.626,00	38,31	6.006,00	9,89
Rios Pardo e Jequitinhonha	448.979	5,49	3,12	563.600.000,00	4,31	1.200,00	1,98
Leste	516.289	6,31	5,04	452.494.536,00	3,46	3.721,00	6,13
Rio de Contas	561.090	6,86	4,57	137.727.000,00	1,05	1.742,00	2,87
Recôncavo Sul	418.313	5,12	2,80	86.952.061,00	0,66	2.496,00	4,11
Recôncavo Norte e Rio Inhambupe	3.335.230	40,79	53,20	5.521.620.918,00	42,21	26.348,00	43,37
Paraguaçu	929.807	11,37	9,42	404.424.137,00	3,09	5.345,00	8,80
Rio Itapicuru	384.374	4,70	4,84	10.056.949,00	0,08	126,00	0,21
Rio Vaza Barris e Real	111.217	1,36	0,73	0	0,00	0,00	0,00
Sub Médio São Francisco	241.806	2,96	2,12	177.166.000,00	1,35	2.555,00	4,21
Rio Salitre	20.050	0,25	0,18	0	0,00	0,00	0,00
Lago do Sobradinho	82.783	1,01	0,59	1.000.000,00	0,01	0,00	0,00
Rios Verde e Jacaré	148.116	1,81	1,16	0	0,00	0,00	0,00
Rios , Paramirim, Carnaíba de Dentro e S. Onofre	154.485	1,89	1,15	0	0,00	0,00	0,00
São Francisco da Bahia	163.437	2,00	1,35	31.500.000,00	0,24	1.080,00	1,78
Rio Grande	195.208	2,39	3,90	666.400.000,00	5,09	9.680,00	15,93
Rio Corrente	60.805	0,74	0,72	16.080.000,00	0,12	450,00	0,74
TOTAIS	8.176.355	100,00	100,00	13.080.498.227,00	100,00	60.749,00	100,00

Fonte: Censo do IBGE, Porto (2001), SEI

3.5 RESULTADO TERRITORIAL DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

Deverá haver um crescimento das atividades do turismo no litoral, da indústria na Macrorregião de Salvador, da agroindústria no Extremo Sul e nos pólos do Oeste e Norte do São Francisco, e do comércio/serviços em todas as grandes cidades.

Em todas as outras áreas deverá haver reforço na concentração de população e em investimentos econômicos no entorno das cidades médias atuais. Nesses territórios, que já se apresentam com algum dinamismo, relativamente a área do Semi-Árido baiano, serão concentradas as ações voltadas para incentivar as potencialidades e criar mecanismos novos para políticas de inclusão social, notadamente aquelas voltadas para incentivar as pequenas e médias empresas, o que poderá atrair a população regional.

Isso significa dizer, por exemplo, que as tendências de urbanização deverão ser fortalecidas, de uma maneira geral, com maior ênfase nas cidades da região do Semi-Árido, afora as bacias do Recôncavo Norte, Leste e Extremo Sul. O fato de que há transbordo de água entre bacias, como o exemplo da captação de água do Paraguaçu para o abastecimento de Salvador, torna necessário, em alguns casos, tomar como unidade de análise um conjunto de bacias, como é o caso daquelas localizadas no entorno da região de Salvador.

Tomando-se esse exemplo e considerando ser uma bacia que representa, juntamente com a Bacia do rio São Francisco, a segunda concentração dos fluxos socioeconômicos da Bahia – cerca de 10% em cada bacia - e a terceira aglomeração de população do Estado, a bacia do rio Paraguaçu merece destaque, afora as bacias citadas anteriormente.

As maiores demandas de água, tanto para a produção, como para o consumo humano, deverão ocorrer nas regiões próximas às 30 maiores cidades estratégicas, com uma proporção que, a princípio pode ser definida pelas referências expostas na tabela 3.4.13.

Tabela 3.4.13 - Resumo das referências para as demandas por recursos hídricos em cada RPGA – 2007

RPGA	Referências para as demandas
Extremo Sul	• investimentos sinalizam para uma taxa crescente de população urbana na região, embora com tendências a saturação das atividades econômicas e, por conseguinte, uma retração significativa das migrações após o ano de 2007 • é provável que haja uma continuidade no crescimento populacional no litoral norte dessa região, embora com taxas menos elevadas do que ocorreu na década passada; • na parte sul dessa região, a economia está relativamente estabilizada, tanto no interior como no litoral, o que pressupõe que aí as taxas de crescimento da população tendem a situar-se abaixo da média da Bahia
Rios Pardo/Jequitinhonha	• as taxas de crescimento populacional devem seguir na mesma tendência manifestada nos últimos anos, embora possa haver um crescimento mais significativo no entorno da cidade de Belmonte, em função da possibilidade de crescimento das atividades de turismo; • deverá haver reflexos importantes dos investimentos em papel e celulose, a ser localizada entre as cidades de Eunápolis e Belmonte; • não se espera que a região possa alterar o seu perfil socioeconômico e atrair novos contingentes populacionais.
Leste	• o investimento de canalização de gás natural, ligando Itabuna ao Espírito Santo, poderá trazer investimentos que possam adensar a economia regional; • a tendência de diversificação da produção regional, que também pode significar problemas de desmatamento.
Rio de Contas	• deve receber, relativamente, menor percentual de recursos do que outras regiões da Bahia; • a região tende a perder importância em função da expectativa do Plano Estratégico em transferir o modelo rodoviário, histórico no Brasil, pelo modelo multimodal, onde os fluxos podem ser transferidos para outras localidades, como Brumado, por exemplo; • no subespaço litorâneo, deverá haver uma tendência a ocupação mais intensa de toda a faixa costeira, principalmente expandindo a área urbana de Itacaré, em função do prolongamento das atividades turísticas da Região de Ilhéus e do projeto de ligação rodoviária entre Itacaré-Camamu; • há indicações de que estejam sendo criadas novas possibilidades de expansão das atividades socioeconômicas nas proximidades de Brumado e sul da Chapada Diamantina, como turismo, atividades agrícolas, industriais e serviços de transportes.
Recôncavo Sul	• há uma maior tendência de concentração dos investimentos na região litorânea do Baixo Sul, com vistas a qualificá-la para atender ao grande fluxo turístico regional; • haverá um crescimento relativamente grande de população na faixa litorânea desta região, não só nas sedes municipais, mas também em distritos turísticos, com é o caso de Barra Grande, em Marau e das ilhas onde estão localizadas Morro de São Paulo e Boipeba.
Recôncavo Norte / Rio Inhambuê	• há uma tendência de expansão prioritária da urbanização dessa RPGA na direção do litoral norte, reforçada pelas tendências de alocação de plantas industriais, com maior ênfase, para o complexo da Ford, da fábrica da Monsanto, e dos investimentos turísticos de Praia do Forte e Sauípe, todos no trecho do litoral norte da região. há também uma tendência de expansão das áreas industriais na direção da BA-093 e no sentido de Alagoinhas ou seja na direção norte pelo interior da região; • existem poucas possibilidades visíveis de expansão de atividades socioeconômicas no entorno da Baía de Todos os Santos; • há maior probabilidade de que as faixas de renda mais elevadas se concentrem na direção litorânea e que as faixas mais baixas situem-se nas franjas dessa faixa litorânea e no interior dessa região, todas, porém, convergindo para a bacia do rio Inhambuê.

RPGA	Referências para as demandas
Paraguaçu	- a região deverá também vir a ser uma das mais atrativas em termos de investimentos públicos voltados para a qualificação urbana; - deverá haver uma tendência de crescimento populacional para as cidades de Feira de Santana, em função de que o transporte multimodal poderá lhe trazer novas possibilidades de investimentos, em segundo lugar as cidades de Itaberaba e Ipirá, em função das diretrizes estratégicas recomendarem a concentração de investimentos em seus entornos, ficando em último lugar a cidade de Seabra.
Rio Itapicuru	- haverá uma maior concentração de recursos nas cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal; - pode-se dizer que há uma tendência de expansão populacional da sede e dos distritos do município de Conde, localizado no litoral da região.
Rios Vaza-Barris / Real	- relativamente a outras regiões do Estado, esta RPGA não deverá atrair população para as cidades, podendo vir a perder fluxos para as Cidades Estratégicas de regiões próximas; - o município de Jandaíra, Distrito de Mangue Seco, poderá vir a somar população, atraída pelos fluxos turísticos.
Vale do São Francisco	- as duas mais importantes áreas urbanas do vale situam-se nas regiões de Barreiras e de Juazeiro, sendo as cidades que, provavelmente, receberão maiores investimentos em porte e tipos de projetos; - na RPGA do Médio São Francisco a população poderá ficar concentrada no sul, em torno da cidade de Guanambi; - as regiões de Sobradinho e de Salitre, por não apresentarem nenhuma cidade estratégica, devem ter seus fluxos populacionais urbanos atraídos pelas cidades estratégicas de regiões próximas, a exemplo de Irecê e Senhor do Bonfim, para o caso de Salitre e Juazeiro, para o caso de Sobradinho; - o Plano oferece uma alternativa de transporte intermodal, cujo trecho rodoviário deverá ser realizado através da ligação entre Barreiras a Santa Maria da Vitória, via São Desidério. Isso deverá estimular significativamente a economia da RPGA do Rio Corrente, reforçando a atração populacional para a sua cidade estratégica; - enfim, conforme define espacialmente o Plano Estratégico, há reforço para o desenvolvimento das regiões mais dinâmicas, Juazeiro e Barreiras, com extensão para Santa Maria da Vitória, e uma ênfase diferenciada para a região de Irecê e Calha do Rio. Para essas localidades deverá haver uma tendência de crescimento diferenciado. As demais regiões devem ter um processo de crescimento mais concentrado no entorno das Cidades Estratégicas, havendo casos de que essas cidades podem estar localizadas em regiões próximas.

Do ponto de vista dos indicadores sociais, haverá pressão para diminuir ainda mais a taxa de fecundidade, elevar os indicadores de esperança de vida, diminuir a taxa de mortalidade infantil, elevar a qualidade de educação e descentralizar os serviços de saúde para as 30 maiores cidades da Bahia.

Disso deverão resultar as seguintes tendências da dinâmica socioeconômica da Bahia:

- a taxa de crescimento da população total do estado tenderá a diminuir, sendo que na zona rural essa tendência se acentuará devido ao deslocamento das populações para as periferias das cidades;

- as cidades estratégicas e áreas urbanas próximas deverão receber os maiores contingentes de população;
- deverá haver um processo de migração interna de população no semi-árido, na direção das cidades estratégicas e em outras cidades próximas e de menor porte;
- deve continuar elevada a tendência de envelhecimento da população, assim como elevará a migração na direção das cidades médias da Bahia;
- segundo as diretrizes do Plano, serão reduzidos os índices de pobreza e de desigualdade no Estado, embora os indicadores ainda não sejam conhecidos;
- o PIB deverá ter um crescimento acima da média nacional;
- crescerão as atividades de comércio e de serviços nas 30 maiores cidades da Bahia, que deverão ser estruturantes para a rede urbana estadual;
- deverá haver uma tendência de elevação da presença de empresas de pequeno e médio porte nas 30 maiores cidades da Bahia;
- com isso e com os investimentos nos setores dinâmicos da economia haverá uma elevação na arrecadação fiscal e uma melhor distribuição dos benefícios pelos municípios; e
- com o incentivo à melhoria da gestão municipal, deverá haver uma diminuição da dependência financeira dos municípios.

